

Em 89% dos contratos feitos diretamente pelas pastas, há irregularidades e 40% dos projetos não são concluídos, segundo estudo com 320 operações da PF feito por perito criminalista

# Desvio maior nos ministérios

LUCAS FIGUEIREDO

A análise das 320 investigações da Polícia Federal entre 2000 e 2007 mostra que as obras tocadas diretamente por ministérios são uma grande fonte de corrupção.

Quando os ministérios contratam empresas privadas para construir estradas, prédios ou redes de esgoto, sem a intermediação de terceiros (prefeituras, governos estaduais, fundações etc.), em 89% dos casos acontece desvio de dinheiro. Não é só: apenas 7% das obras são executadas a contento e o índice de construções que ficam inacabadas chega a 40%.

Porém, quando o dinheiro dos ministérios é repassado para órgãos, instituições, prefeituras e estados, a porcentagem dos casos em que há desvio de recursos cai quase pela metade, chegando a 47% — um número, sem dúvida, ainda muito alto. Por sua vez, o índice de obras realizadas corretamente aumenta para 12%, enquanto o de construções não executadas diminui para 10%. A explicação para isso é simples: os mecanismos de prestação de contas dos ministérios são menos rígidos que o de outras fontes pagadoras.

**FHC E LULA** O estudo foi apresentado, na semana passada, a uma seleta platéia de policiais



Operação Navalha desmantelou quadrilha que fraudava licitações públicas e prendeu dono e diretores da Construtora Gautama

federais, procuradores, juízes e auditores do Tribunal de Contas da União (TCU), da Controladoria-Geral da União (CGU) e da Caixa Econômica Federal, durante o 4º Seminário de Perícias de Engenharia Civil, rea-

lizado em Florianópolis. Seu autor é o perito Pedro de Sousa Oliveira Junior, do Instituto Nacional de Criminalística (INC), órgão da PF.

Os 320 casos que compõem o estudo não foram identifica-

dos. São investigações feitas pela PF nos três últimos anos do governo Fernando Henrique Cardoso e nos quatro anos e meio da gestão Luiz Inácio Lula da Silva. A maioria foi realizada no Tocantins (60

casos, aproximadamente), Mato Grosso (40), Maranhão (30), Acre (20) e Paraíba (20). Somados, os objetos das apurações atingem 3.000 quilômetros de estradas, 3,7 milhões de metros quadrados de

construções, 188 mil metros de redes de água, energia e esgoto, entre outros.

A rouboalheira acontece com o dinheiro de municípios, de estados e da União. Quase a totalidade dos projetos analisados (97%) tinha verbas de prefeituras. Em 82% dos casos, pelo menos parte do dinheiro saiu de ministérios. Já os estados compareceram com recursos em 24% das obras.

Os casos analisados no estudo representam 23% de todos os laudos realizados, desde 2000, pela equipe de peritos de engenharia civil da Polícia Federal. Entre os últimos trabalhos dessa equipe, destacam-se as operações Confraria e Navalha, que desmantelaram, respectivamente, esquemas de licitações irregulares na Prefeitura de João Pessoa (Paraíba) e contratação de obras públicas pelo governo federal feita de forma dirigida, envolvendo a Construtora Gautama.

A cada dia que passa, os peritos da PF formados em engenharia civil são mais requisitados. São eles, por exemplo, que medem se uma determinada obra gastou de fato a quantidade de sacos de cimento registrada na planilha de materiais consumidos. Em 2000, o INC emitiu menos de 50 laudos de engenharia civil. Neste ano, o número deve chegar a 350.

## MARCOS COIMBRA

SOCIÓLOGO E CIENTISTA POLÍTICO  
MARCOS.COIMBRA@UAI.COM.BR



# As eleições de 2008 e as de 2010

Quando chegarmos a 21 de outubro de 2008, daqui a um ano, estaremos a cinco dias do segundo turno das eleições para prefeito, nas capitais e cidades com mais de 200 mil eleitores onde nenhum candidato tiver obtido mais de 50% dos votos válidos no primeiro domingo daquele mês, que cairá no dia 5. Saberemos quem são os vereadores em todo o país, assim como os prefeitos da imensa maioria das cidades brasileiras, entre os quais os de muitas capitais.

Não é preciso ser adivinho para antecipar os vencedores no quesito do maior número de prefeituras ganhas: estado por estado, ganhará o partido do governador. Como ensina nossa sabedoria política tradicional, em Minas Gerais, o grande vitorioso será o PL (no sentido de Palácio da Liberdade), com prefeitos que podem até ser eleitos em legendas diversas, mas que serão todos fiéis ao governo. O mesmo vai valer para o PB (dos Bandeirantes), em São Paulo, para o PG (da Guanabara), no Rio, o PP (das Princesas), em Recife. No Piauí, por exemplo, deve ganhar o PK (Palácio de Kamak).

As pesquisas feitas hoje são pouco capazes de prever o que vai acontecer nas diversas cidades onde haverá segundo turno. Ao contrário do que pensam inúmeras pessoas, eleições de prefeito, mesmo nas maiores cidade do país, são movidas por combustíveis locais: quem fez mais e quem fez menos, das últimas vezes em que esteve à frente do governo



municipal; quem parece ter condições de fazer mais no futuro; que sugestões novas uma candidatura de oposição tem para oferecer, considerando que alguma forma de establishment estará sempre representada.

O elemento nacional, em eleições como essas, raramente tem peso relevante. Desde a redemocratização, a única que parece ter sofrido alguma influência significativa de um fator claramente não-local foi a de 1988. O tiroteio que matou operários em Volta Redonda, na antevéspera da eleição, repercutiu

nacionalmente, dando, pelo que pareceu então aos observadores políticos, o empurrão que faltava a algumas candidaturas de esquerda. Talvez tenha sido, pelo menos em parte, assim que, a milhares de quilômetros de Fortaleza, foi decidida a eleição de Maria Luíza Fontenele.

Mesmo que tenham ocorrido, naquele ano, outros casos parecidos (incluindo, possivelmente, o de São Paulo, com a vitória de Luísa Erundina, que arremeteu na reta final), situações como essas continuaram a ser minoria. Naquela eleição, como nas

seguintes, os eleitores escolheram seus prefeitos olhando para suas cidades e para o elenco concreto de candidaturas que tinham.

Tendo acompanhado de perto todas as eleições municipais desde 1985, nunca vi acontecer, em escala relevante, o que muita gente supõe que existe e é comum: eleitores que votam (seja para prefeito ou outro cargo) para "mandar um recado" para alguém. O cidadão comum, especialmente o mais pobre, que depende mais da prefeitura de sua cidade que os ricos, pode até não escolher bem, pois erros de escolha

eleitoral não são raros, mas vota sempre procurando acertar. Ao teclar o número de um candidato, ele não está mandando recado nenhum. Está optando por aquele candidato ou candidata que parece ser o/a melhor ou, no mínimo, o/a menos ruim.

Há, no entanto, em qualquer eleição municipal, cidades onde o resultado tem impacto relevante no jogo político subsequente. Não porque são "grandes", pois já tivemos eleições em São Paulo inteiramente irrelevantes para o Brasil, como, por exemplo, a de Celso Pitta. Mas, em 2008, algumas terão significado nacional.

As que mais parecem que poderão ser assim são as de São Paulo e de Belo Horizonte. Por uma razão fundamental: nelas, os dois principais candidatos a ocupar a cadeira de Lula vão mostrar como fazem política. O que cada um vai fazer? Confrontar ou buscar o entendimento? Derrotar companheiros ou acolher até adversários? Responder ao sentimento popular ou impor soluções de conveniência pessoal?

O sistema político e os formadores de opinião vão olhar mais para os processos que os resultados. Um ou outro pode até não ver seu candidato vitorioso (se é que vai ter um candidato próprio), mas, ainda assim, sinalizar de maneira mais positiva. Ou seja, não é que a eleição de 2008 será "a ante-sala" de 2010, mas pode ser um teste sobre quem são e como se comportam os mais prováveis futuros presidentes da República.

“  
Ao contrário do que pensam inúmeras pessoas, eleições de prefeito, mesmo nas maiores cidade do país, são movidas por combustíveis locais: quem fez mais e quem fez menos, das últimas vezes em que esteve à frente do governo municipal